



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 5.455-C DE 2016

Dispõe sobre o exercício da profissão
de cerimonialista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o exercício da
profissão de cerimonialista.

Art. 2º São atividades e atribuições do
cerimonialista:

I - planejamento, pesquisa, administração,
coordenação e execução de projetos de cerimonial;

II - elaboração de orçamentos e definições
operacionais e funcionais de projetos de cerimonial;

III - estudos de viabilidade técnica e financeira
para implantação de projetos e de programas de cerimonial;

IV - fiscalização e controle da atividade de
cerimonial;

V - suporte técnico e consultoria em cerimonial;

VI - estudos, análises, avaliações, vistorias,
pareceres, perícias e auditorias de projetos e de programas de
cerimonial;

VII - ensino, pesquisa, experimentação e divulgação
de novos instrumentos, de normas e de procedimentos;

VIII - qualquer outra atividade que, por sua
natureza, insira-se no âmbito da sua profissão.

Art. 3º É assegurado ao cerimonialista responsável
por plano, por projeto ou por programa o direito de acompanhar





sua execução e implantação, para garantir a realização conforme as condições, as especificações e os detalhes técnicos estabelecidos.

Art. 4º A jornada de trabalho do cerimonialista não excederá a 40 (quarenta) horas semanais, facultadas a compensação de horários e a redução de jornada mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 5 de setembro de 2023.

Deputada AMANDA GENTIL
Relatora

